

REPRESENTAÇÃO MUNICIPAL

RECOMENDAÇÃO

Reconhecimento da emergência climática pelo concelho de Setúbal

Estamos, neste momento, perante um dos maiores desafios à humanidade.

O Relatório da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistémicos (IPBES), publicado no início de maio, refere que: “Ecosistemas, espécies, populações selvagens, variedades locais e espécies de plantas e de animais domesticadas estão a diminuir, a deteriorar-se e a desaparecer”. Mais de 145 especialistas de 50 países alertam para o facto de a natureza estar num declínio sem precedentes na história da humanidade e de estarmos a assistir a uma aceleração de extinção de espécies nunca vista, citando, entre outros números assustadores, que das oito milhões de espécies existentes cerca de um milhão de espécies de animais e plantas encontram-se ameaçadas de extinção no Planeta. Pode ainda ler-se: “Esta perda resulta diretamente da atividade humana e constitui uma ameaça também direta ao bem-estar humano em todas as regiões do Mundo”.

A atividade antropogénica é responsável pelo aumento de 1°C das temperaturas globais, em comparação aos níveis pré-industriais. Em 2018, o Relatório Especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) sobre o Aquecimento Global frisava a avassaladora diferença de danos se o aumento de temperatura for de 2° C ou se ainda o conseguirmos limitar a 1,5 °C, o que para ser possível requer medidas fortes e imediatas e o envolvimento de todas as partes – da população aos Estados, da sociedade civil ao poder político.

A atividade humana é também responsável pelos níveis atmosféricos de CO₂ estarem acima de 400 partes por milhão (ppm), o que excede em muito os 350 ppm considerados seguros para a Humanidade. O Relatório do ano passado da Agência Internacional de Energia (AIE) revelava que as emissões de CO₂ no mundo continuam a aumentar, registando o ritmo mais rápido de crescimento dos últimos cinco anos em 2018.

A Humanidade continua no dia-a-dia a agir sem ter em consideração o carácter de Emergência das Alterações Climáticas. Face aos desafios climáticos que vivemos são necessárias campanhas que alertem toda a população, em particular aquela faixa que ainda não acredita que o impacto já está a acontecer no seu quotidiano. São também necessárias políticas com medidas que incentivem e fomentem a necessária alteração de comportamentos, pois sozinhas e isoladamente as pessoas não irão conseguir mudar o rumo da História.

As políticas públicas, nomeadamente as locais, têm a obrigação de apoiar esta mudança para uma economia circular e para a neutralidade carbónica, o que, em última instância, será a possibilidade de sobrevivência do planeta;

O mundo está em risco de ultrapassar, antes de 2050, o limite do aumento de temperatura de 1,5° C previsto no Acordo de Paris.

De acordo com o 4.º Relatório Especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), datado de 2007, prevê-se para a Península Ibérica, no período entre 2000-2100 um aumento de temperatura na ordem dos 4 a 7°C, um aumento superior ao da temperatura média global do Planeta, em igual período de tempo. No mês de maio, foi publicado um outro estudo¹ que preveniu a comunidade científica e política para o facto do 5.º Relatório Especial do IPCC, datado de 2014, ter subestimado a subida do nível do mar, vindo alertar de forma clara que a atual velocidade da subida do mar, causada pelo degelo dos glaciares da Antártida e Gronelândia, coloca em causa a viabilidade de comunidades costeiras, pois os modelos anteriormente utilizados para calcular a subida do nível do mar subestimam a verdadeira trajetória.

Se continuarmos a agir como até agora, se mantivermos as emissões, as políticas e os hábitos de cada uma e de cada um de nós, o nível do mar poderá subir dois metros e todos os países serão afetados, sendo as ilhas (como as Maldivas) os primeiros a sentir os efeitos, com o risco de submergir. No entanto, diversos países da Europa também se encontram em risco, como os Países Baixos, Portugal e Itália, entre outros.

De acordo com os cenários projetados na “Cartografia de risco costeiro associado à subida do nível do mar como consequência das alterações climáticas”, elaborada por uma equipa da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, já em 2050² parte da península da Mitrena pode ficar submersa na maré alta, e cerca de 146 mil pessoas que vivem na faixa de risco em 11 concelhos e distritos de Portugal continental podem ficar numa situação vulnerável.

Todos os documentos, do próprio Acordo de Paris à Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, são unânimes na importância do papel das cidades e das ações locais para a mudança de paradigma na forma como encaramos o planeta, o próximo e as políticas, quer pela crescente dimensão das cidades, quer pela proximidade do poder político.

No início de maio, o Reino Unido fez história ao tornar-se o primeiro país a declarar oficialmente a emergência climática, reconhecendo assim a necessidade de reforçar o combate às alterações climáticas e a urgência em salvar o planeta, o que implica que o governo britânico desenvolva novas medidas para neutralizar as emissões de carbono até 2050, nomeadamente através do incremento de energias renováveis e da diminuição de produção de resíduos. Pouco tempo depois, a Irlanda seguiu os mesmos passos e assumiu também a necessidade de uma mudança urgente na forma de enfrentar os efeitos das ações climáticas e outras cidades e países já seguiram o exemplo.

Despoletados pela ativista sueca Greta Thunberg, os movimentos de juventude que defendem a declaração do Estado de Emergência Climática já reuniram milhares de pessoas no mundo inteiro e mobilizaram igualmente milhares em Portugal, tendo Setúbal sido o palco de manifestações quer no dia 15 de março quer no dia 24 de maio.

1 <https://www.pnas.org/content/early/2019/05/14/1817205116>

2 www.snmportugal.pt

Considerando que:

1-Setúbal deve assumir e reconhecer a extrema importância que as Alterações Climáticas e as medidas de mitigação e de adaptação têm nas suas políticas para o concelho e para o coletivo e agir;

2-Assim como nós, Assembleia Municipal de Setúbal, temos de assumir a importância vital de combater as Alterações Climáticas e mitigar os seus efeitos.

Face ao exposto, vem a **Representação Municipal de Pessoas-Animais-Natureza** propor que a **Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária a 27 de junho de 2019 delibere:**

1-Reconhecer a “emergência climática”;

2-Recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que:

2.1 Declare a “emergência climática”;

2.2 Se comprometa a fazer de tudo ao seu alcance para tornar Setúbal um concelho neutro em carbono até 2030;

2.3 Continue a cooperar com os parceiros locais e nacionais, com o objetivo de definir estratégias e planos relevantes nesse âmbito;

2.4. Comprometer-se a continuar a articular cada vez mais a execução das demais políticas públicas com o combate às alterações climáticas e à mitigação dos seus efeitos;

2.5. Saudar as crianças e jovens que se têm mobilizado pela defesa da sustentabilidade do planeta e dos recursos naturais, assim como pelo reconhecimento da emergência climática.

3. Mais se propõe, que seja dado conhecimento ao Presidente da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares, ao Conselho Nacional de Juventude, às Associações de Defesa do Ambiente, às Associações de Estudantes e às Direções dos Agrupamentos de Escolas e estabelecimentos do Ensino Superior do concelho de Setúbal.

Pessoas - Animais – Natureza



Suzel Costa